



Gazeta Mercantil – 20 Nov 2003

Setor ainda espera discutir modelo com o ministério

A possibilidade de o novo marco regulatório do setor elétrico ser enviado pelo Executivo ao Congresso em forma de Medida Provisória (MP) ainda não foi assimilada pelo mercado. A expectativa do setor é que o novo modelo seja divulgado na próxima semana, mas já não há tanta certeza em relação ao que era esperado - um Projeto de Lei no qual os agentes ainda pudessem negociar pontos polêmicos e interferir no texto durante a tramitação no Congresso. A falta de retorno por parte do Ministério de Minas e Energia (MME) sobre as propostas encaminhadas por associações de agentes do setor reforça os temores.

O presidente da Câmara Brasileira de Investidores em Energia Elétrica (CBIEE), Claudio Sales, diz que há uma grande apreensão por conta da informação sobre a edição de uma MP para encaminhar o marco regulatório. Segundo Sales, há algum tempo o ministério deixou de se manifestar em relação às alterações que foram propostas pelos agentes privados sobre a forma inicial apresentada em julho pelo governo. "O ministério não tem conversado com os agentes sobre as sugestões feitas à proposta do MME. O fato é que não se sabe qual o rumo que as coisas estão tomando. Falta transparência", diz Sales.

José Augusto Marques, presidente da Associação Brasileira da Infra-Estrutura e Indústria de Base (Abdib), também demonstra apreensão em relação à Medida Provisória. Segundo ele, mesmo com adversidades como a falta de tempo para uma discussão exaustiva sobre o novo modelo no Congresso - além de discussões em relação às reformas da Previdência e tributária na casa, em dezembro há recesso parlamentar e 2004 é ano de eleições municipais - não se justifica a opção por uma MP. Ou, o que o executivo considera ainda mais temeroso, o desmembramento da proposta em partes por meio de MP e outras partes por projeto de lei.

"Passados 11 meses desde a eleição, já era hora de a sociedade tomar conhecimento do novo modelo para o setor elétrico, mas a falta de tempo não é justificativa para que o governo faça uma Medida Provisória. É preciso discutir com o setor privado os detalhes do marco regulatório, como foi feito nos projetos de lei sobre o PPP (parceria público-privado) e as agências reguladoras", diz. Marques afirma que a trajetória do ministério em relação ao novo modelo energético tem sido de discussão com os agentes privados e, portanto, o caminho lógico seria o envio de um projeto de lei.

Mais otimista, o presidente da Associação Brasileira dos Grandes Consumidores de Energia (Abrace), Paulo Ludmer, disse que ainda espera um convite da ministra Dilma Rousseff para discutir as sugestões feitas pela associação com base na proposta do ministério para o novo modelo. "Há um compromisso do ministério de ter um último diálogo antes de definir o novo modelo do setor, e eu ainda aguardo por esta reunião com a ministra", diz Ludmer. Segundo ele, a expectativa é que até o final do mês seja apresentada uma resolução do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE) sobre o modelo.

Para o diretor-presidente Koblitz, empresa do segmento de co-geração, Luiz Otávio Koblitz, a edição de uma Medida Provisória será um balde de água fria. "Se isto for feito, além de ser o caminho inverso ao esperado, vai gerar um grande mal estar no mercado e retardar ainda mais a retomada de investimentos", diz. Para a analista de energia do Banco Sudameris Brasil, Rosângela Ribeiro Santiago, as informações sobre a MP ainda não afetaram o mercado. "Já estava tudo em compasso de espera", diz.

kicker: Empresas avaliam que envio de MP pode retardar a retomada de investimentos